

REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA APET

a. 12

n. 47

set. 2015

ARTIGOS	13
LA REFORMA TRIBUTARIA CUBANA DE 2012: CUESTIONES GENERALES	15
<i>Carlos A. Pérez Inclán</i> <i>Orestes J. Díaz Legón</i>	
I. Consideraciones preliminares	16
II. La Ley Nº 73 de 1994: antecedente de la reforma tributaria	18
III. La reforma tributaria de 2012: una mirada a la Ley Nº 113 y sus previsiones	22
IV. Breves consideraciones finales	38
V. Bibliografía	39
Fuentes doctrinales	39
Fuentes legales	40
OS DIREITOS DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS DIANTE DA TRANSFERÊNCIA DE AGÊNCIAS DE UMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA OUTRA DO MESMO CONTROLADOR	43
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	
Introdução	43
Valor de mercado x valor contábil	43
Fundo de comércio	47
Do enriquecimento ilícito	57
Do direito dos acionistas minoritários	62
Conclusão	68
O PROTESTO DE CDA COMO VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA	71
<i>Maurício Pereira Faro</i> <i>Bernardo Motta Moreira</i>	

1. Introdução	71
2. A virada jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça	72
3. A inconstitucionalidade das chamadas Sanções Políticas. O princípio da preservação da empresa como limitação ao poder de tributar	75
4. Impossibilidade de se levar a Certidão de Dívida Ativa a Protesto por configurar ilegítima Sanção Política	78
5. A Certidão de Dívida Ativa como título executivo extrajudicial produzido unilateralmente pela Fazenda Pública	84
6. Conclusão	90

TRIBUTAÇÃO DO SOFTWARE "VIRTUAL" NO BRASIL:
A GUERRA ENTRE ESTADOS E MUNICÍPIOS CONTINUA
Rafael Correia Fuso 93

1. Introdução	93
2. O software e sua tributação pelos Estados e Municípios	93
2.1. Conceito de software e o meio virtual	93
2.2. Tributação do software pelos Estados e Municípios	95
2.3. Tributação do software virtual e o conflito de competência entre o ISS e o ICMS	102
2.4. Jurisprudência sobre a tributação do software	107
2.5. Soluções para resolver o conflito de competência	113
3. Regra-matriz de incidência tributária do ISSQN sobre a licença ou cessão de uso do software por encomenda	116
3.1. Critério material	118
3.2. Critério espacial	119
3.3. Critério temporal	119
3.4. Critério pessoal	120
3.5. Critério quantitativo	121
4. Regra-matriz de incidência tributária do ICMS sobre a comercialização do software de prateleira	122
4.1. Critério material	122
4.2. Critério espacial	122
4.3. Critério temporal	123
4.4. Critério pessoal	123
4.5. Critério quantitativo	124
5. Conclusões	125
6. Bibliografia	127

PARECER	129
ICMS ST – OPERAÇÕES INTERESTADUAIS. PARECER	131
<i>Roberto Moreira Dias</i>	
Consulta tributária	131
Parecer	133
1. O ICMS na Constituição Federal	133
2. O ICMS-Operações Mercantis	135
3. O ser praticado e o dever ser na aquisição de Leite UHT pela Consulente	142
4. Denúncia espontânea da infração – caracterização pela Consulente	145
5. ICMS antecipado sobre aquisições de Leite UHT fora do Estado de São Paulo: enfim, quanto provisionar?	150
6. Planejamento tributário com Leite UHT: possibilidades	154
7. Conclusões	159